

## **Auditores da Alfândega farão “Desembaraço Zero”**

Os auditores fiscais da Receita Federal que atuam no Porto de Santos aprovaram a operação Desembaraço Zero a partir da próxima segunda-feira. Além disso, caso o acordo salarial da categoria não seja aplicado até o próximo dia 31, haverá greve a partir de 1º de novembro. No setor, há o temor de que , com a aproximação do Natal, o desembarque de produtos sofra atrasos e os exportadores recorram ao transporte aéreo para fugir dos custos excedentes.

De acordo com Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais (Sindifisco), cada dia de paralisação na Alfândega do Porto de Santos causa um atraso do recebimento de R\$ 100 milhões em impostos federais. Além disso, há um acúmulo de cerca de 3 mil containeres, que ficam represados no complexo.

Cargas que normalmente são desembaraçadas em 24 horas poderão ter de esperar até cinco dias pela autorização.

A operação Desembaraço Zero prevê somente a liberação de cargas consideradas essenciais, como remédios, insumos hospitalares, animais vivos e alimentação de bordo para tripulantes de navios. No entanto, os outros setores da Alfândega, como atendimento ao público, funcionam, o que não acontecerá se for deflagrada a greve no mês que vem.

Nas delegacias da Receita Federal, responsáveis pela arrecadação de tributos, passará a vigorar a operação Meta Zero. Nela, os auditores fiscais executam serviços que correspondem aos 30% mínimos necessários por setor, além de outras demandas definidas como prioritárias pela lei.

Para o diretor-executivo do Sindicato das Agências de Navegação Marítima do Estado de São Paulo (Sindamar), José Roque, o consumidor final será o mais prejudicado com as paralisações, pois os custos adicionais serão incorporados aos preços das cargas.

“Isso pode provocar o encalhe de determinados produtos sazonais ou então obrigar o importador a reduzir o seu ganho para não encalhar o seu produto”, explicou.

O executivo destaca que as paralisações inviabilizam a garantia dos compromissos assinados por exportadores e importadores, o que gera perda de credibilidade do País.

Fonte: A redação